

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

1 A Organização Pan-Americana da Saúde da
Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) afirma que o
conceito de saúde vai além da mera ausência de doença ou
4 enfermidade, ou seja, só é possível ter saúde quando há
completo bem-estar físico, mental e social. Trata-se de um
estado de bem-estar no qual um indivíduo realiza suas
7 próprias habilidades, pode lidar com as tensões normais da
vida, pode trabalhar de forma produtiva e é capaz de fazer
contribuições à sua comunidade. Saúde mental e
10 bem-estar são fundamentais para manter a capacidade
coletiva e individual dos seres humanos de pensar,
emocionar-se, interagir uns com os outros e ganhar e
13 aproveitar a vida.

Segundo a organização, múltiplos fatores sociais,
psicológicos e biológicos determinam o nível de saúde
16 mental de uma pessoa, entre os quais rápidas mudanças
sociais, condições de trabalho estressantes, discriminação
de gênero, exclusão social, estilo de vida não saudável,
19 problemas físicos de saúde, risco de violência e violação dos
direitos humanos. Em nível macro, as pressões
socioeconômicas contínuas são reconhecidas como riscos
22 para a saúde mental de indivíduos e comunidades. A
evidência mais clara disso está associada aos indicadores de
pobreza, incluindo baixos níveis de escolaridade.

25 Há, também, fatores psicológicos e de personalidade
específicos que tornam as pessoas vulneráveis aos
transtornos mentais, além de algumas causas biológicas,
28 incluindo fatores genéticos, que contribuem para
desequilíbrios químicos no cérebro.

A promoção da saúde mental envolve ações para
31 criar condições de vida e ambientes que apoiem a saúde
mental e permitam às pessoas adotar e manter estilos de
vida saudáveis. Um ambiente que respeite e proteja os
34 direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais
é primordial para a promoção da saúde mental. Sem a
segurança e a liberdade asseguradas por esses direitos, fica
37 muito difícil manter um elevado nível de saúde mental.

Políticas nacionais de saúde mental não se devem
ater apenas aos transtornos mentais, mas também
40 reconhecer e abordar as questões mais amplas que
promovem a saúde mental, que incluem a integração da
promoção da saúde mental às políticas e aos programas em
43 setores governamentais e não governamentais. Além da
saúde, é essencial envolver os setores de educação,
trabalho, justiça, transporte, meio ambiente, habitação e
46 bem-estar.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens de 1 a 6.

- 1 O texto consiste em uma descrição do conceito de saúde mental.
- 2 O conteúdo do texto poderia ser veiculado em correio eletrônico dirigido ao Ministério da Saúde pelo governo do Paraná, com vistas à criação de uma campanha em prol da saúde mental na região, escrevendo-se, no campo assunto, o termo “Campanha”.
- 3 Uma implicação importante da definição de saúde mental da OPAS é que a saúde mental é mais do que a ausência de transtornos mentais ou deficiências.
- 4 Conforme o texto, é determinante para a saúde mental ter um ambiente que proteja direitos básicos e que garanta o bem-estar físico, mental e social do indivíduo e das comunidades.
- 5 Considerando os fatores sociais e psicológicos relacionados à saúde mental, seriam formas específicas de promoção da saúde mental a atuação em programas direcionados a grupos vulneráveis, incluindo minorias, pessoas indígenas, migrantes e indivíduos afetados por conflitos e desastres, além de programas de prevenção do estresse no trabalho.
- 6 Compreende-se do texto que estratégias e intervenções efetivas de saúde pública e intersetoriais existem para promover, proteger e restaurar a saúde mental.

Com relação aos aspectos estruturais do texto, julgue os itens de 7 a 14.

- 7 A expressão “vai além” (linha 3), por ser equivalente a **ultrapassa**, pode por ela ser substituída no texto, sem prejuízo para a correção gramatical.
- 8 Na linha 4, a forma “quando” pode ser substituída por **enquanto**, sem que isso prejudique a correção gramatical e os sentidos originais do texto.
- 9 Manteria a correção gramatical do período a inserção de **O conceito de saúde** como sujeito da forma verbal “Trata-se” (linha 5), desde que fosse feita a devida adaptação de letra maiúscula para minúscula no verbo.
- 10 O termo “organização” (linha 14) refere-se a algum ente estatal não mencionado anteriormente no texto.
- 11 A forma “disso” (linha 23) retoma, no texto, “as pressões socioeconômicas contínuas são reconhecidas como riscos para a saúde mental de indivíduos e comunidades” (linhas de 20 a 22).
- 12 Mantém a correção gramatical a substituição do vocábulo “incluindo” (linha 24) por **inclusivamente**.
- 13 No texto, há preservação da correção gramatical caso se desloque o elemento “se” (linha 38) para depois da forma verbal “ater” (linha 39), como se segue: **ater-se**.
- 14 A oração “que promovem a saúde mental” (linhas 40 e 41) indica explicação em relação à oração antecedente.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do Microsoft Excel 2013, do sistema operacional Windows 10 e do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, julgue os itens de **15 a 19**.

- 15 No Excel 2013, a fórmula =SOMA(F5;F7;F10) não é uma fórmula válida, tendo em vista que a função SOMA não aceita a inclusão de mais de duas células em sua estrutura.
- 16 É permitido, no Excel 2013, que uma fórmula referencie células que estão em outras planilhas da mesma pasta de trabalho.
- 17 A barra de aplicativos do Windows 10 contém um histórico de todos os aplicativos que foram abertos em um determinado período. Ela pode ser exibida por meio do botão Mostrar Opções.
- 18 A tela Iniciar do Windows 10 pode ser exibida ao se selecionar o botão  ou se pressionar a tecla .
- 19 Quando o usuário ativa a sincronização no Google Chrome, todas as informações e todos os arquivos do computador são carregados e(ou) sincronizados com outros dispositivos. Trata-se de um processo automatizado do próprio Chrome, durante o qual não é possível escolher as informações que serão sincronizadas.

No que diz respeito aos sítios de busca e pesquisa na Internet, aos conceitos de pastas e programas e aos procedimentos de segurança da informação, julgue os itens de **20 a 24**.

- 20 O Bing é um sítio de busca exatamente igual ao Google e suas imagens de satélite são as mesmas do Google.
- 21 Além de traduzir páginas para determinados idiomas, o Google permite que o usuário realize suas pesquisas limitando-as a documentos em uma língua específica.
- 22 No Windows, uma pasta pode ser movida para outra pasta acima dela e para uma pasta hierarquicamente inferior a ela.
- 23 Programas são arquivos que possuem a extensão .cmd e que, para serem executados no ambiente Windows, necessitam de estar armazenados no diretório C:\Arquivos de Programas.
- 24 O acesso à informação deve ser concedido apenas aos usuários da organização que necessitam dessa informação para o desempenho de suas atividades profissionais.

Para escolher uma equipe de trabalho, aplica-se um teste aos candidatos e contratam-se todos os que tiverem uma nota superior ou igual a 2 pontos. O teste é composto de 4 itens numerados e independentes, do tipo verdadeiro ou falso, em que cada item certo vale 1 ponto, cada item errado vale -1 ponto e cada item deixado em branco não vale nenhum ponto.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **25 a 28**.

- 25 Se um candidato não deixar nenhum item em branco, então existem 8 possibilidades distintas de resposta para o teste.
- 26 Se um candidato responde aos 4 itens aleatoriamente, sem deixar nenhum em branco, então a probabilidade de acertar todos é maior que 10%.
- 27 Se um candidato responde aos 4 itens aleatoriamente, sem deixar nenhum em branco, então a probabilidade de ser contratado é maior que 30%.
- 28 Se um candidato deixou os 2 primeiros itens em branco e respondeu os demais aleatoriamente, sem deixá-los em branco, então a chance de ser contratado é maior que 30%.

RASCUNHO

- A) Se chove, então a colheita do arroz é boa.
 B) A colheita do arroz é boa ou a colheita do trigo é boa.

Considerando as proposições acima, julgue os itens de **29** a **32**.

- 29** Se a colheita do arroz é boa, então chove.
30 Se não chove, então a colheita do arroz não é boa.
31 A sentença “Não chove ou a colheita dos grãos é boa” é equivalente à proposição A.
32 A negação da proposição B implica que não chova.

RASCUNHO

O presidente Jair Bolsonaro reuniu-se, no dia 28 de junho de 2019, com os presidentes Donald Trump (EUA) e Emmanuel Macron (França), durante o encontro do G20 em Osaka, no Japão.

Internet: <<https://brasil.elpais.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre assuntos correlatos, julgue os itens de **33** a **36**.

- 33** O G20 congrega as maiores economias do mundo, excluindo-se a Rússia e a China, países com significativa rivalidade com os Estados Unidos e a Europa.
34 Nas conversas com Donald Trump, o presidente Bolsonaro abordou a necessidade de se pressionar financeiramente os governos aliados do venezuelano Nicolás Maduro, visando a fragilizar o regime de Caracas.
35 A chanceler alemã Angela Merkel sinalizou, na mesma reunião, apoio às políticas ambientais do atual governo brasileiro.
36 A firme disposição do presidente brasileiro em manter o País integrando o “Clube de Paris” tornou-se um significativo obstáculo à assinatura do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

Em vídeo publicado na última semana de junho, Bolsonaro aparece mostrando as atribuições do metal para a fabricação de joias. A gravação foi feita em Osaka, no Japão, onde ele participava do encontro do G20. Na capital mineira, funciona a sede da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), produtora de nióbio.

Internet: <<https://revistagalileu.globo.com>> (com adaptações).

Tomando o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **37** a **40**.

- 37** Embora significativas, as reservas ativas de nióbio do Brasil são bem inferiores às de alguns países, em especial asiáticos.
38 O nióbio não é um mineral de ocorrência rara, estando presente em diversos países, que, em muitos casos, não o exploram porque a demanda mundial ainda é pequena.
39 As maiores reservas brasileiras de nióbio situam-se em Minas Gerais e, em menor quantidade, em Goiás e no Amazonas.
40 O nióbio possui várias possibilidades de aplicação, que vão desde equipamentos médicos e reatores nucleares até plataformas de petróleo e turbinas de aviões.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** O Ministério Público intervirá nas ações de improbidade ainda quando o próprio órgão a houver ajuizado.
- 42** A ação de improbidade administrativa poderá ser ajuizada mesmo sem ser instruída com documentos que apresentem indícios da existência do ato de improbidade, desde que a impossibilidade de apresentação dessas provas seja fundamentada pelo autor.
- 43** A extinção da ação de improbidade em razão de sua inadequação somente é admitida na fase preliminar, quando ainda não foi ofertada a contestação pelo réu.
- 44** A transação judicial é amplamente aceita e até estimulada em sede de ação de improbidade administrativa.
- 45** A iniciativa do Ministério Público em ação de improbidade administrativa não afasta a possibilidade de a Fazenda Pública promover ações paralelas visando à complementação do ressarcimento de seu patrimônio.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **46 a 50**.

- 46** A proteção constitucional contra a autoincriminação afasta do administrado, em sede de processo administrativo, o compromisso com a verdade ou com o esclarecimento dos fatos.
- 47** Por força do princípio da inércia, o processo administrativo somente se inicia mediante provocação do interessado.
- 48** Entidades representativas de classe, no que diz respeito a direitos e interesses coletivos, ostentam legitimidade para figurar como interessadas em processo administrativo.
- 49** A delegação de competência pode se dar, pelo titular, a agente que não lhe seja hierarquicamente subordinado.
- 50** A avocação de competência pressupõe subordinação hierárquica entre o originalmente titular da competência e aquele que a avoca.

À luz da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** É obrigatória a exigência de garantia nos contratos administrativos de obras.
- 52** Em que pese a cláusula exorbitante que autoriza a Administração a promover alterações unilaterais, mudanças econômico-financeiras e monetárias nos contratos administrativos não poderão ocorrer sem prévia concordância do contratado.
- 53** A alteração do contrato administrativo por acordo entre as partes tem lugar quando for necessária a mudança na forma de pagamento em razão de circunstâncias supervenientes.
- 54** É admitida a rescisão consensual do contrato administrativo quando for conveniente para a Administração.
- 55** A rescisão do contrato administrativo não autoriza a retenção de créditos pela Administração para fazer frente a eventuais prejuízos, sendo dependente essa providência de decisão judicial.

Julgue os itens de **56 a 60**, relativos a remédios constitucionais.

- 56** A capacidade de impetração de *habeas corpus* é um atributo da personalidade, dispensando capacidade processual ou postulatória.
- 57** As punições disciplinares não desafiam, em qualquer hipótese, ordem de *habeas corpus*.
- 58** O *habeas data* garante a seu impetrante o direito de conhecer informações constantes de banco de dados de natureza pública que sejam fundamentadamente de seu interesse.
- 59** A impetração de *habeas data* exige a prévia negativa da autoridade administrativa.
- 60** O acesso a informações pessoais do próprio impetrante pode ser obstado quando assim o exigir o sigilo em razão da segurança do Estado.

A respeito dos remédios constitucionais, julgue os itens de **61 a 65**.

- 61** A liquidez e a certeza exigidas pelo mandado de segurança dizem respeito, na verdade, aos fatos, que devem ser comprovados, de plano, de modo a sustentar o direito invocado pelo impetrante.
- 62** O mandado de segurança coletivo impetrado por associação alcança os direitos de titularidade de seus associados, ainda que não guardem relação direta com os fins institucionais da entidade.
- 63** O mandado de segurança coletivo impetrado por associação alcança os direitos de seus associados, ainda que não sejam exclusivos da classe.
- 64** O direito de petição exige endereçamento ao órgão competente para a adoção de providência, merecendo arquivamento na hipótese de direcionamento equivocado.
- 65** Como mecanismo de participação popular, a ação popular somente admite a modalidade repressiva.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** A reserva de vagas em concurso público para pessoas com deficiência é uma exigência federal a ser observada, segundo a autonomia federativa, a juízo de cada estado.
- 67** A proibição de acumulação de cargos alcança mesmo as funções desempenhadas perante subsidiárias de sociedades de economia mista.
- 68** A invalidação, por decisão judicial, de demissão de servidor estável garante sua reintegração ao serviço público, com a recondução de eventual atual ocupante do cargo público, mediante prévia indenização.
- 69** A extinção do cargo impõe a exoneração do servidor que o ocupava.
- 70** A estabilidade do servidor público exige avaliação especial de desempenho por comissão própria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Segundo a Lei n.º 5.766/1971, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** Na primeira reunião de cada ano, o Conselho Regional elegerá seu presidente, seu vice-presidente, seu secretário e seu tesoureiro.
- 72** O patrimônio dos Conselhos Regionais será constituído de taxas, anuidades e multas a serem pagas pelos profissionais, cabendo 30% desse montante ao Conselho Federal.
- 73** A Assembleia dos Delegados Regionais deverá reunir-se, ordinariamente, ao menos duas vezes por ano, exigindo-se, em primeira convocação, o *quorum* de dois terços de seus membros.
- 74** As penas aplicáveis por infrações disciplinares são advertência, multa, censura, suspensão do exercício profissional até trinta dias ou cassação do exercício profissional.
- 75** Compete aos Conselhos Regionais a aplicação das penalidades, cabendo recurso, com efeito suspensivo, para o Conselho Federal, no prazo de trinta dias da ciência da punição.

Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens de **76 a 81**.

- 76** Incumbe ao Poder Público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive para prevenir as consequências do estado puerperal.
- 77** O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e a seus eventuais incidentes, após completar dezesseis anos de idade.
- 78** A morte dos adotantes pode restabelecer o poder familiar dos pais naturais caso ainda estejam vivos e se manifestem por escrito nesse sentido.
- 79** Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.
- 80** Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental é vedado o trabalho noturno, realizado entre as 22 horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- 81** São gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente.

Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou quaisquer pessoas encarregadas de cuidar de crianças e de adolescentes que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou mediante qualquer outro pretexto sujeitar-se-ão a algumas medidas. Considerando essa informação, julgue os itens de **82 a 85**.

- 82** De acordo com a gravidade do caso, é cabível a advertência.
- 83** Há previsão legal de encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- 84** As referidas medidas serão aplicadas pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude.
- 85** É facultativo o encaminhamento da criança a tratamento especializado.

A partir do que dispõe a Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), julgue os itens de **86 a 91**.

- 86** A definição de violência contra o idoso restringe-se a qualquer ação praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico.
- 87** O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerando-se a natural redução da capacidade visual.
- 88** Aos idosos, a partir de sessenta anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência nem para tê-la provida por sua família é assegurado o benefício mensal de um salário mínimo.
- 89** As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita.
- 90** Sem a devida representação legal, é crime punido com reclusão lavar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos.
- 91** A prioridade na tramitação dos processos em que figure como parte ou interveniente pessoa idosa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro, com união estável, maior de sessenta anos de idade.

É obrigação da família, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Quanto à garantia de prioridade, julgue os itens de **92 a 95**.

- 92** Há prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- 93** A lei prevê como regra a priorização do encaminhamento do idoso a asilos, exceto dos que careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.
- 94** O atendimento será obrigatoriamente mediante agendamento telefônico ou *on-line* junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
- 95** Há prioridade especial aos maiores de oitenta anos de idade, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.

No que se refere à Lei n.º 10.216/2001 e à internação psiquiátrica de pessoas portadoras de transtornos mentais, julgue os itens de **96 a 99**.

- 96** A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize seus motivos.
- 97** A pessoa que solicita voluntariamente sua internação deve assinar, na admissão, declaração de que optou por esse tratamento. Poderá haver a desinternação por solicitação escrita do paciente ou determinação do médico.
- 98** A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de 48 horas, ser comunicada ao juiz pelo responsável técnico do estabelecimento, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da alta.
- 99** A internação compulsória é determinada pelo Ministério Público, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e dos funcionários.

À luz da Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), julgue os itens de **100 a 105**.

- 100** Considera-se como pessoa com deficiência aquela que tem impedimento, temporário ou de longo prazo, de natureza física, mental ou intelectual, o qual pode obstruir sua participação plena ou potencial na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- 101** É discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência.
- 102** A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- 103** A deficiência pode afetar a plena capacidade civil da pessoa, impedindo o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção.
- 104** Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
- 105** É permitida a cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde em razão da condição de pessoa com deficiência, desde que devidamente justificados os valores por escrito.

Acerca da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), julgue os itens de **106 a 110**.

- 106** A violência psicológica é uma forma de violência doméstica e familiar contra a mulher, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar suas ações, seus comportamentos, suas crenças e suas decisões, mediante qualquer meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
- 107** Quando necessário o afastamento do local de trabalho, o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar a manutenção do vínculo trabalhista por até seis meses.

- 108** Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher praticados por réu primário e sem antecedentes criminais, é permitida a aplicação de penas de prestação pecuniária.
- 109** As medidas protetivas de urgência somente poderão ser concedidas após audiência das partes e manifestação do Ministério Público, tendo sido afastada qualquer possibilidade de reconciliação.
- 110** Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, a suspensão das procações conferidas pela ofendida ao agressor.

A respeito da Resolução CFP n.º 10/2005, que aprovou o Código de Ética Profissional do Psicólogo, e da Resolução CFP n.º 17/2010, julgue os itens de **111 a 116**.

- 111** É permitido ao psicólogo receber ou pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços.
- 112** Ao psicólogo não é permitido desviar para serviço particular, visando a benefício próprio, pessoas atendidas por instituição com a qual mantenha vínculo profissional.
- 113** O psicólogo não poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, ainda que informado expressamente pelo atendido sobre a interrupção voluntária e definitiva do serviço, sendo necessária comunicação formal do outro profissional.
- 114** O Conselho Regional de Psicologia do Paraná é composto pelos seguintes órgãos: Congresso Regional de Psicologia; Assembleias; Diretoria; Conselho Fiscal; Comissões; e Grupos de Trabalho.
- 115** A eleição da Diretoria ocorrerá em reunião do Plenário, no mês de janeiro de cada ano, sendo a posse realizada em solenidade de assinatura do respectivo termo de posse e compromisso.
- 116** As Comissões reunir-se-ão a cada dois meses para deliberar sobre as matérias que lhes estão afetas, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Quanto à Resolução CFP n.º 3/2007, julgue os itens de **117 a 120**.

- 117** O psicólogo poderá requerer o cancelamento de sua inscrição, desde que não esteja respondendo a processo ético. A anuidade será cobrada proporcionalmente, tendo como base o mês em que foi feito o requerimento, e este será excluído do cálculo.
- 118** No caso de falecimento de profissional inscrito, o cancelamento deverá ser requerido pelo cônjuge ou por herdeiros, podendo ser cobrado do espólio o eventual débito.
- 119** A pessoa jurídica que presta serviços de psicologia está obrigada a se registrar no Conselho Regional, sendo facultativo o registro para as associações, as fundações de direito privado, as cooperativas e as entidades de caráter filantrópico.
- 120** Da imposição de qualquer penalidade, caberá pedido de reconsideração ao Conselho Federal de Psicologia no prazo de quinze dias, a contar da notificação da decisão.